

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Lançado Projeto de Integração dos Vereadores

Interlegis reúne Senado, Câmara dos Deputados, TCU e escolas legislativas para apoiar os eleitos em 2012

Pág. 4

Em encontro nacional, membros do Gitec apoiam domínio *.leg.br*

Pág. 2

Diretores-gerais de Casas legislativas desenvolvem ações conjuntas

Pág. 3

Parlamentos criam estruturas para ouvir demandas do cidadão

Pág. 4

Interlegis lança projeto para capacitar vereadores

A ideia é ambientar nas atividades do Legislativo pelo menos 10.500 dos vereadores que se elegerem em 2012

O Projeto de Integração dos Vereadores (PIV) foi anunciado em Aracaju, em 20 outubro, pelo 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), que é também o diretor nacional do Programa Interlegis. Trata-se de ambicioso projeto de ambientação e preparação dos futuros vereadores, vencedores nas eleições municipais de 2012. A meta inicial é preparar 10.500 vereadores.

Cícero participou do Encontro Nacional de Representantes Interlegis e do 18º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel). Ele garantiu que o Senado, por meio do Interlegis, já está “em condições de executar, pela primeira vez na história deste país, uma ação unificada de integração e treinamento básico aos vereadores eleitos”.

A iniciativa está sendo coordenada pelo programa e conta com a parceria do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União (TCU) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As 82 escolas legislativas exercerão papel fundamental, “como parceiras em nível regional para garantir maior capilaridade ao projeto, facilitando

o trabalho e multiplicando a capacidade de atingir os resultados pretendidos”, acrescentou Cícero. Para tanto, foi assinado protocolo de intenções entre o Senado e a Abel.

O convênio entre o Interlegis e a Abel, no entanto, é mais amplo e prevê cooperação técnica, científica e cultural, intercâmbio de conhecimento, informações e experiências para a formação, aperfeiçoamento e especialização técnica de recursos humanos; desenvolvimento institucional e modernização do Legislativo em suas esferas federal, estadual e municipal.

No dia seguinte, o diretor executivo do Interlegis, Haroldo Tajra, deu detalhes sobre o projeto que espera ambientar no universo parlamentar 17,5% dos 59 mil vereadores.

– Queremos, no mínimo, ouso e lançar a semente – disse Tajra, para quem o projeto só será viável com a participação efetiva das assembleias.

O projeto deve contemplar palestras sobre o papel de vereador e sobre ética no exercício do mandato. Os eventos ocorrerão no Congresso Nacional, nas assembleias e em câmaras que funcionem como polos em suas regiões.

Reforço nas ações com assembleias

Paralelamente ao 18º Encontro da Associação das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), representantes do Interlegis nas assembleias se reuniram em Aracaju, de 19 a 22 de outubro, o que representou um marco no relacionamento entre o programa e as Casas estaduais e já produziu resultados práticos. Entre eles, a criação de fórum de relacionamento que funcionará para troca de

experiências, sugestões, críticas e ajustes para o Programa Interlegis.

O diretor de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo, Francisco Etelvino Biondo, assinalou que não é possível capitanear o Projeto de Modernização Legislativa e outras atividades do Interlegis apenas a partir de Brasília. “Precisamos atingir as câmaras municipais e, para

isso, temos que contar com as assembleias”, concluiu.

Biondo explicou o processo pelo qual cada uma das 350 câmaras previstas no convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) terá que passar.

O diretor de Planejamento e Fomento, João Marcelo Novais, apresentou as novidades na área de capacitação, como ampliação dos cursos a distância.



Encontro reuniu em Brasília 200 especialistas em tecnologia legislativa

Encontro discute tecnologia e segurança

Com o tema “Segurança das tecnologias da informação e comunicação no ambiente legislativo”, o 4º Encontro do Grupo Interlegis de Tecnologia (EnGitec) reuniu cerca de 200 profissionais de informática de câmaras, de assembleias e do Senado na sede do Interlegis, em Brasília.

Entre 25 e 27 de outubro, participantes de Casas legislativas de todo o país puderam trocar experiências e discutir assuntos comuns sobre as ferramentas desenvolvidas especialmente para a atividade político-parlamentar.

Os organizadores fazem parte da comunidade virtual de práticas legislativas mantida pelo Interlegis, que também apoia anualmente o encontro. Segundo eles, o objetivo é “solidificar todo o intercâmbio tecnológico-afetivo que é realizado virtualmente, além de promover a atualização tecnológica

dos participantes, por meio de palestras, minicursos e mesas-redondas”.

O diretor do Interlegis, Haroldo Tajra, reforçou a importância da troca de experiência entre os que utilizam os sistemas e produtos do programa.

Tajra aproveitou para apresentar o Programa de Integração dos Vereadores (PIV).

Segundo Winter Duarte, participante com 36 anos de experiência, o evento foi “extremamente rico”, pois nele pôde ter contato com o mercado de trabalho e ver de perto pessoas atuantes na sua área.

Para Ângelo Marcondes Neto, colaborador do Grupo Interlegis de Tecnologia desde 2005 e um dos organizadores do encontro, o 4º EnGitec foi proveitoso, mas pode melhorar: “O EnGitec precisa ter como foco uma grande discussão, mais do que somente palestra para os participantes”.

Domínio .leg.br veio para ficar

O uso do domínio .leg.br por todo o Legislativo brasileiro é só uma questão de tempo. Essa é a avaliação de técnicos que participaram do 4º Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Tecnologia (EnGitec).

O diretor da Subsecretaria de Tecnologia da Informação do Interlegis, Ricardo Ramos, disse que a ideia foi bem aceita pelo Senado, pela Câmara dos Deputados e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O lançamento nacional será no começo do ano que vem.

A padronização dos domínios, de acordo com o técnico do Interlegis Jean Ferri, diminuirá a dependência em relação aos órgãos do Executivo que fazem a gestão dos domínios para as Casas legislativas e que muitas vezes criam dificuldades – como cobrar por esse serviço.

O registro e a manutenção devem ser feitos no Interlegis.



Senador Cícero Lucena (E) assina protocolo de intenções

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo – Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis:
Senador Cícero Lucena

Secretaria Especial do Interlegis

Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, José Dantas e Ricardo Ramos

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editores responsáveis: Letícia Borges e Luiz Carlos Santana de Freitas
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
Estagiárias de jornalismo: Ana Sonaly, Gabriela Vogado, Letícia Pires e Tâmara Monteiro
Projeto Gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Cláudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep/Senado Federal

Capa: fragmento da fachada da sede do Interlegis/Brasília

Via N2, Anexo E – 2º andar – Senado Federal – CEP 70165-900 – Tel.: (61) 3303-1049

EAD: mais de 2 mil inscritos na quarta etapa

O Sistema Saberes, que opera a capacitação profissional pelo Interlegis, oferece cursos gratuitos no sistema EAD (ensino a distância) a parlamentares, assessores e servidores dos Legislativos. Entre 24 de outubro e 2 de dezembro, acontece a última etapa deste ano.

Via internet, as aulas ocor-

rem ao longo de seis semanas. Os conteúdos são elaborados por especialistas e ficam disponíveis em formato livro-web, com ligações para navegação em cada lição.

Há 2.236 alunos matriculados, sendo que os cursos com maior demanda foram “Organização de Gabinete Par-

lamentar”, “Noções Básicas de Administração”, “Direito Administrativo para Gestores de Contrato” e “Licitações e Contratos”. Nas três primeiras etapas, 3.391 alunos de 926 municípios foram certificados em 21 cursos. Minas Gerais, São Paulo e Bahia tiveram o maior número de matrículas.

Irecê é pioneira na comunicação

A Câmara Municipal de Irecê (BA) é a primeira entre as Casas conveniadas com o Interlegis a assinar o Projeto Executivo de Comunicação Integrada, dentro do Programa de Modernização do Legislativo (PML).

Até setembro de 2012, terá o apoio de consultores do Senado para modernizar suas práticas e ferramentas de comunicação. Assinaram o projeto o presidente da câmara, Tertuliano Leal Libório, e o diretor executivo do Interlegis, Haroldo Tajra.

A iniciativa é decorrente do Encontro de Comunicação Integrada realizado em Salvador, em agosto. A estratégia consiste em debater com câmaras conveniadas, por dois dias, temas relacionados à comunicação legislativa. No terceiro dia, depois de atualizar o diagnóstico das visitas feitas anteriormente por técnicos do Interlegis, discute-se um plano para cada Casa.

O plano se transforma no projeto executivo, que passa então a ser acompanhado por um gestor do Senado e um representante de comunicação da Casa.

No final do período estabelecido, cerca de um ano, a câmara é avaliada pelo Interlegis. Se todo o projeto tiver sido executado, ela é certificada.

Além da Bahia, já receberam o encontro o Rio Grande do Sul e o Maranhão. Ao todo, participaram 14 câmaras conveniadas. Neste mês, acontece o do Rio Grande do Norte.

“O objetivo é atingir o maior número possível das 350 câmaras que fazem parte do convênio entre o Interlegis e o Banco Interamericano de Desenvolvimento”, diz o diretor de Formação e Atendimento do Interlegis, Francisco Etelvino Biondo.

Dirigentes de Casas legislativas defendem ações conjuntas

Encontro em São Luís reafirma disposição pela integração dos diretores-gerais de assembleias e câmaras de capitais, além do Congresso Nacional



Diretores de Casas legislativas de todas as regiões do Brasil se encontraram na Assembleia do Maranhão

Organizado pelo Fórum Nacional de Diretores-Gerais de Casas Legislativas, aconteceu na Assembleia do Maranhão, entre 9 e 11 de novembro, o terceiro encontro da categoria, com apoio do Interlegis. O tema foi gestão pública e governança. Participaram representantes de 16 assembleias e câmaras de capitais, além do Senado e da Câmara dos Deputados.

No último dia, foi assinada a Carta de São Luís, com decisões e indicações. O diretor do Programa de Integração dos Vereadores, Haroldo Tajra, apresentou os principais pontos da iniciativa (*leia mais na pág. 2*). Vários dirigentes afirmaram que suas Casas vão apoiar a medida.

Vencedores do Concurso de Redação foram senadores durante três dias

Como parte da premiação do IV Concurso de Redação do Senado, alunos classificados em primeiro lugar em seus estados foram “empossados senadores”, em 16 de novembro, pelo presidente do Senado, José Sarney.

Para compor a Mesa, Fernanda Maciel, representante do Amazonas, foi eleita presidente da primeira edição do Projeto Jovem Senador. Matheus Oliveira Faria, de Minas Gerais, assumiu a vice-presidência. A 1ª secretária foi Jéssica Perez, de Mato Grosso do Sul, e o 2º secretário, Vinicius Araujo, do Distrito Federal.

Os demais finalistas foram: Alex Uilian de Alencar (AC), Ivan Brito (AL), Leonardo Reis (AP), Adriele Souza (BA), Luciêda Santos (CE), Eliane de Aquino (ES), Janaína Vi-



Sarney e os finalistas do concurso, que atuaram como jovens senadores

lela (GO), Antonio José Alves (MA), Rafaela de Souza e Silva (MT), Silvia Barreto (PA), Orlei Pereira (PB), Wagner Ferreira (PR), Samira da Silva (PE), Rodolfo Fontenele (PI), Natália Cavalcante (RJ), Natália Gurgel

Braga (RN), Carolina Pereira (RS), Isameire da Silva (RO), Thalyta Nascimento (RR), Samara Barbosa (SC), Jacqueline Canuto da Silva (SP), Wallacy Santos (SE), e George Breno Queiros (TO).

Estatuto

Também foram definidos os próximos passos para a formalização do Fórum dos Diretores-Gerais. Por sugestão do Interlegis, as propostas de redação do estatuto serão encaminhadas por meio do grupo de discussão DGLegis, disponibilizado aos participantes do fórum no portal do programa. O diretor de Tecnologia do Interlegis, Ricardo Ramos, garantiu que a ferramenta vai facilitar o intercâmbio de informações. Em 9 de dezembro, haverá novo encontro em Brasília para decisões finais. Caberá aos representantes do Maranhão e de Minas Gerais sistematizar o texto definitivo a ser analisado.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, elogiou o trabalho do Interlegis e destacou que o evento favorece a troca de soluções. O diretor-geral da Câmara, Rogério Teixeira, declarou ser fundamental a troca de experiências, pois o Legislativo é de complexa administração, pelo seu caráter democrático.

Peio país

Lutas e ideais

Por Yuri Afonso Farias de Sousa, servidor do Interlegis

AO APRESENTAR O PROGRAMA Interlegis às câmaras municipais de diversas regiões, testemunhei histórias que confirmam ser o Poder Legislativo, mesmo com suas reconhecidas mazelas, o que mais espelha a realidade de nosso país.

Em uma dessas reuniões, enquanto aguardávamos o presidente da câmara, um dos vereadores puxou assunto. Suas feições indígenas revelavam sua origem. Perguntou onde trabalhávamos, o que estávamos fazendo ali. Ele comentou:

– Estive em Brasília algumas vezes. Sou primo em primeiro grau do índio Galdino, aquele que foi queimado por jovens de lá. Estava com ele naquele dia, e se não tivesse ido mais cedo pra casa, poderia não estar aqui agora.

Eu era uma criança quando aconteceu aquele fato, em 1997, que me ensinou a que ponto podem chegar a intolerância e o desrespeito. Senti-me constrangido e sem palavras. Ele continuou:

– Sempre militei pelos direitos dos

índios. Moro numa reserva aqui perto e rodo quase 30 quilômetros em estrada de terra para estar aqui, todos os dias. Já fui preso por declarações contra aqueles que atentam contra minha gente, mesmo com imunidade parlamentar. Tornei-me vereador pra dar voz aos índios daqui, proteger nossa terra. Enquanto meu povo confiar em mim, eu estarei aqui.

Convidou-nos a conhecer sua reserva, com cachoeiras lindas e mata exuberante. Disse-nos que lá existia uma escola

que ensinava a cultura da sua gente aos pequenos. E que os recursos para sua construção haviam saído do orçamento municipal, após emenda dele mesmo.

Lutas e ideais na câmara municipal da pequena cidade que eu visitava: uma lição de que é possível que nosso Poder Legislativo se torne cada vez melhor. Para isso, devemos fazer nossa parte, buscando votar naqueles que carreguem em sua história os valores que julgamos importantes para um futuro melhor.

Ouvidoria ganha espaço no Legislativo

Canal de participação do público já existe na Câmara, no Senado e nas assembleias dos estados

Comum em organizações públicas, o serviço de atendimento aos cidadãos que recebe elogios, reclamações e sugestões, conhecido como ouvidoria, começa a ganhar corpo também no Legislativo.

Embora seja um instrumento difundido mais recentemente, sua história é antiga. Já em 1549, o Brasil Colônia teve o seu primeiro ouvidor-geral, nomeado por Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil. Sua função, claro, era diferente do que se tem hoje.

Em 2001, a Câmara dos Deputados criou sua Ouvidoria, seguida pelo Senado em 2005 – onde o funcionamento do serviço só começou, de fato, em 2011. A Câmara Legislativa do Distrito Federal e 23 assembleias

estaduais já possuem ouvidorias parlamentares, assim como muitas câmaras municipais.

Uma ouvidoria parlamentar faz muito mais que apenas ouvir o cidadão. Entre as atribuições do serviço na Câmara dos Deputados, estão propor medidas para sanar violações e ilegalidades na Casa e para regularizar os trabalhos legislativos e administrativos; abrir, quando cabível, sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que se tenha conhecimento; encaminhar aos órgãos competentes as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos e investigações; responder aos cidadãos e às entidades quanto a providências tomadas sobre procedimentos legislativos e administrativos; e realizar



Agência Câmara

O deputado federal Miguel Corrêa é o ouvidor da Câmara

audiências públicas com segmentos da sociedade civil.

Desejos e críticas

O propósito de uma ouvidoria é tornar a sociedade mais par-

Como criar uma ouvidoria

Como hoje existem dezenas de ouvidorias em funcionamento, o melhor caminho é estudar os exemplos. O **serviço de capacitação do Interlegis** (saberes.interlegis.gov.br) disponibiliza regularmente, a distância, curso sobre o tema. Por meio dele, parlamentares e servidores podem ter ampla informação sobre o instrumento, como histórico, formulação teórica, normas técnicas e exemplos.

Outra boa fonte é o **site da Câmara dos Deputados**, que possui acesso a portais de ouvidorias públicas, além da Ouvidoria da própria Casa, com uma grande base de dados (camara.gov.br/a-camara/ouvidoria/outros/portais-das-ouvidorias-publicas).

Existe, também, a **Associação Brasileira de Ouvidores** (abonacional.org.br), que realizou o 14º Congresso Nacional de Ouvidores/Ombudsman nos dias 17, 18 e 19 de novembro. No próprio site, podem ser consultados o Código de Ética e o *Manual do Ouvidor*.

ticipativa. Por meio do serviço, o parlamentar pode conhecer o que a população pensa sobre o seu trabalho e o que espera dele. Por isso, é importante estar aberto a críticas.

Para os especialistas, é fundamental que a ouvidoria não dependa da boa vontade de ninguém ou do contexto

político-partidário. Sua existência precisa ser formalizada na estrutura da Casa.

Em geral, as ouvidorias recebem manifestações tanto do público interno (servidores da organização, sobretudo) quanto do externo. E devem estabelecer padrões de resposta, prevendo, inclusive, prazos.

Exemplos de diálogo com o cidadão

■ **SENADO:** A Ouvidoria foi regulamentada e implantada em 2011, sob a direção de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para receber e dar tratamento adequado a sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios sobre as atividades administrativas e legislativas. Deve sempre dar retorno ao cidadão. Também pode sugerir mudanças no âmbito institucional.

■ **CÂMARA DOS DEPUTADOS:** O ouvidor, Miguel Corrêa (PT-MG), promete ampliar os canais com a sociedade. A meta é fazer com que os cidadãos possam influenciar os parlamentares nas decisões. Com o projeto “A Câmara quer te ouvir”, são promovidas audiências públicas nas assembleias estaduais.

■ **ESPÍRITO SANTO:** Uma das preocupações do ouvidor, deputado Freitas (PSB), é “colaborar para a melhoria do serviço prestado por governo de qualquer esfera e de qualquer poder”. Entre as ações previstas, está a de informar as organizações sobre os indicativos de satisfação dos usuários.

■ **MATO GROSSO:** Um dos diferenciais dessa ouvidoria é que o próprio cidadão escolhe o meio pelo qual deseja receber a resposta.

■ **RIO GRANDE DO SUL:** O ouvidor, Paulo Azeredo (PDT), explica que as ações são voltadas tanto para propor medidas destinadas a regularizar os trabalhos legislativos e administrativos quanto para encaminhar demandas aos diversos órgãos públicos.

■ **RORAIMA:** Não há filtro para as manifestações da popula-



Urna da Ouvidoria do Senado para recebimento de colaborações

ção. O serviço também não entra em recesso. Segundo o deputado Damosiel (PSD), ouvidor da assembleia, reclamações sobre o Executivo, por exemplo, são encaminhadas ao governador e, em alguns casos, ao Ministério Público estadual.

■ **SALVADOR:** Pioneira entre as câmaras municipais, o serviço criado em 2005 produziu seguidores pelo estado. Se necessário, a identidade do cidadão pode ser mantida em sigilo, bem como as informações prestadas. O tempo de resposta varia de acordo com o



Ministério Barreto/Senado Federal

No Senado, Flexa Ribeiro assumiu o serviço este ano

caso. “Enquanto não houver resposta, não abandonamos o caso”, diz Claudia Correia, coordenadora técnica da Ouvidoria.

Artigo

O papel democrático da ouvidoria parlamentar

Por Ana Lucia Novelli

Doutora em Ciências da Comunicação e diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado

CADA VEZ MAIS, a democracia representativa necessita de mecanismos que legitimem as decisões tomadas pelo campo político. As Casas legislativas, como expressão maior da representação política, não poderiam deixar de participar desse movimento de aproximação entre os parlamentares e a população. Nesse sentido, a ouvidoria parlamentar apresenta-se como instrumento legítimo de participação das pessoas na vida cotidiana dos Legislativos brasileiros.

No Brasil, a história das ouvidorias públicas começou na Prefeitura de Curitiba, em 1986. No mesmo ano, o governo federal criou a Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão, com prerrogativas de ouvidoria. Já na esfera parlamentar, somente em 2001, na Câmara dos Deputados, a ouvidoria parlamentar passou a figurar em suas estruturas organizacionais.

O recém desenvolvimento das ouvidorias em nosso país, contudo, tem servido como estímulo para que as Casas legislativas se empenhem para instalar suas ouvidorias parlamentares. Esse é um sinal claro do amadurecimento político pelo qual a sociedade brasileira tem passado nas últimas décadas.

Para o cidadão, as maiores vantagens na instalação das ouvidorias parlamentares passa pelo reconhecimento, por parte dos órgãos do Legislativo, de que as pessoas têm muito mais a contribuir do que simplesmente comparecer às urnas no dia da eleição. É a garantia de que o cidadão será ouvido pela instituição parlamentar, e que lhe será assegurado o direito de acompanhar a definição de políticas públicas.

Já para as casas legislativas, a ouvidoria parlamentar estabelece maior conexão entre os representantes e os representados, ao reunir as informações da sociedade que são importantes para a tomada de decisão legislativa. Ainda garante que o órgão legislativo encontre-se em sintonia com os desejos da comunidade, e antecipa possíveis problemas decorrentes da aprovação de leis que não serão aceitas pela sociedade.

Como se pode perceber, a ouvidoria parlamentar é uma instituição que promove o amadurecimento da democracia, aproximando mais e mais os parlamentares da população e harmonizando seus interesses. É uma perspectiva positiva da participação da sociedade no processo legislativo.